

Assembléia aprova LDO e entra em recesso

Trabalhos legislativos serão retomados em agosto, com 316 proposições em Plenário



O Plenário ficou lotado na votação da PEC 39/2000

1º SEMESTRE

• *Matérias apreciadas, à exceção dos vetos: 70 (35 aprovadas em 1º ou 2º turno ou em turno único, mas não em redação final: 33 em redação final; e duas rejeitadas)*

• *Transformadas em normas jurídicas: 6*

• *Vetos: 22 (dois parcialmente mantidos e rejeitados; quatro rejeitados e 16 mantidos)*

2º SEMESTRE

• *Proposições em Plenário: 316 (122 prontas para a Ordem do Dia; 12 que, em algum momento, estiveram na pauta em 2001; e 182 proposições de anos anteriores que não tiveram ação em Plenário neste ano) (Levantamento feito em 5 de julho)*

SEMINÁRIO

A Alemg promoveu no 1º semestre, em duas etapas, o Seminário "Administração Pública Competente", centrado nos novos desafios da administração pública, tendo em vista a Lei de Responsabilidade Fiscal. O evento foi realizado em 18 cidades-pólo, com a participação do Tribunal de Contas, da Fundação João Pinheiro, da Fundação Getúlio Vargas e do Sebrae

Com a aprovação, em 4 de julho, do projeto que contém a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002, o Legislativo encerrou os trabalhos do semestre, dando início ao recesso parlamentar — que dura até o final do mês. Para 2002, a receita fiscal prevista é de mais de R\$ 17,5 bilhões, sendo mais de R\$ 9,9 bilhões relativos à arrecadação de ICMS. Quanto às despesas, quase metade, ou seja, mais de R\$ 8,2 bilhões referem-se a gastos com pessoal; e mais de R\$ 1,5 bilhão será destinado a pagamento da dívida. O Plenário apreciou, no 1º semestre, além da LDO, 91 matérias, sendo 22 vetos do governador a proposições de lei.

Com grande repercussão entre os servidores públicos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 39/2000, do deputado Antônio Júlio (PMDB), foi também aprovada, sendo promulgada em junho (Emenda 49). Ela regulariza a situação de mais de 18 mil detentores de função pública, admitidos entre 5/10/1988 e 1º/8/1990, assegurando direitos, vantagens e concessões inerentes ao exercício de cargo efetivo, excluída a estabilidade. Dispositivo aprovado possibilita a revisão da remuneração dos policiais civis, excluídos da última negociação salarial do governo com os PMs. Decisão da Mesa da Alemg de 19 de junho estabelece, ainda, a realização de estudos,

em até 60 dias, para posterior implementação das medidas de adequação à Emenda, no âmbito da Alemg.

Uma das principais proposições aprovadas foi, em março, o PL 1.271/2000 (Lei nº 13.848), do governador, que extinguiu os Fundos Somma (Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios), Prosam (Fundo de Saneamento Ambiental das Bacias dos Ribeirões Arrudas e Onça), Fesb (Fundo Estadual de Saneamento Básico) e Fundeurb (Fundo de Desenvolvimento Urbano). Ele começou a tramitar em novembro de 2000, recebeu 15 emendas e sete substitutivos, sendo aprovado em turno único, na forma do Substitutivo nº 8, do Colégio de Líderes. O patrimônio dos fundos extintos terá a seguinte destinação: R\$ 208, 230 milhões (disponibilidade de caixa) irão para o Tesouro para cumprimento das amortizações dos empréstimos assumidos com o Banco Mundial; R\$ 349,573 milhões (saldos de retornos de empréstimos contratados com beneficiários dos fundos) aumentarão o capital social do BDMG, semestralmente, e viabilizarão projetos vinculados aos objetivos dos extintos fundos.

A reforma administrativa estadual também foi objeto de proposição aprovada pelo Legislativo (Lei nº 13.869, de maio). Um dos vetos mais polêmicos, rejeitado pelo Plenário em maio, foi o parcial à Proposição de Lei nº 14.696 (Orçamento para 2001), que incidiu sobre a destinação de recursos à Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), no valor de mais de R\$ 43,2 milhões, e à Uemg, de mais de R\$ 48,2 milhões.

Alemg aponta caminhos para crise energética

Movimento "Minas em Defesa das Águas", lançado pela Alemg em 26 de abril, em parceria com instituições públicas e entidades da sociedade civil, também foi destaque no 1º semestre. Um dos seus objetivos está a luta pelo controle público dos recursos hídricos e energéticos. A iniciativa se estenderá pelo 2º semestre, com o apoio da Frente Parlamentar "Jorge Hannas" contra a Privatização de Furnas, integrada por 71 deputados. Entre as iniciativas do Movimento, destaca-se o Ciclo de Debates "Colapso Energético e Alternativas para a Crise", realizado em junho.

A crise de energia também motivou a aprovação do PL 1.498/2001, do governador, que autoriza a destinação de recursos, pelo Estado, no montante de R\$ 90 milhões, para a implantação da Usina Hidrelétrica de Irapé, no Vale do

Jequitinhonha. Os recursos serão provenientes de dividendos ou juros sobre o capital próprio, referentes à participação acionária do Estado na Cemig, e serão aplicados a partir de 2002, em parcelas anuais de até R\$ 22,5 milhões.

Medidas internas — Para se adequar ao programa de racionamento de energia proposto pelo governo federal, a Alemg implementou diversas iniciativas para reduzir o consumo em 20%. O horário-núcleo foi redefinido e, desde 1º de junho, é das 7h30 às 17h30. Outras ações abrangeram a redução da iluminação nas áreas comuns dos prédios e das horas de funcionamento do ar condicionado; o controle do funcionamento dos elevadores; a redução dos eventos nos horários noturnos; e a adoção de campanha interna para o uso racional da energia.